

11 de dezembro de 2020

Boletim n. 27 – A questão étnico-racial em tempos de crise

No Boletim n. 27, *Ana Lúcia da Silva Raia* (UERJ) apresenta considerações sobre a invisibilidade de uma grande parcela da população que não tem acesso a plataformas digitais, configurando uma maior desigualdade entre os extremos. A autora discorre sobre desigualdades educacionais e destaca a importância de se pensar políticas públicas para a garantia do acesso aos conteúdos e informações necessárias ao cumprimento mínimo dos conteúdos deste ano letivo.

A invisibilidade está na sala de aula

Por Ana Lúcia da Silva Raia

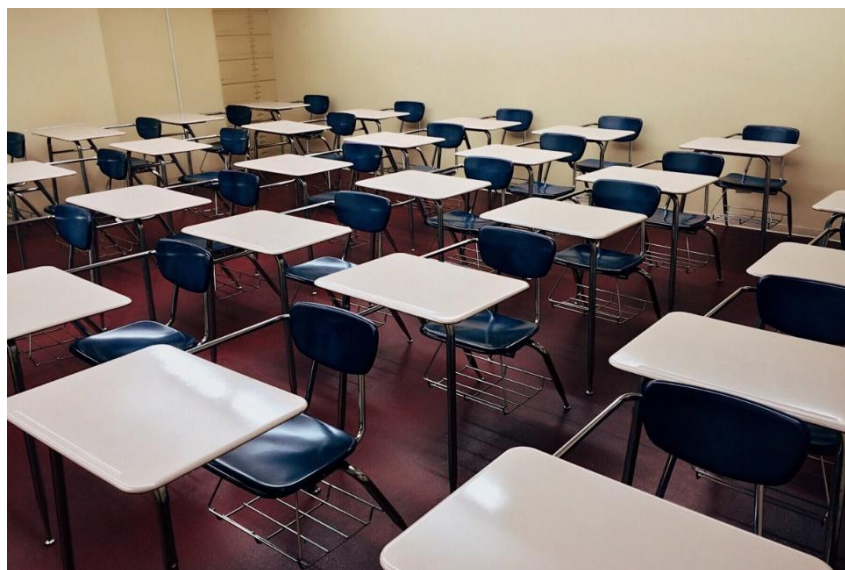


Imagem: “Foto de sala de aula”, disponível em <https://pxhere.com/pt/photo/1609072>, acesso em 02 dez. 2020.

A pandemia nos deu a exata dimensão da desigualdade que nos cerca. Pensávamos viver numa sociedade onde as políticas públicas, apesar de não atenderem a todos, não impedia que tivéssemos acesso ao que nos propusemos a realizar, minimamente. Paulo Freire dizia: “O homem está no mundo e com o mundo” (1983, p. 30). Tínhamos a impressão de que o acesso à escola e as diversas formas de aprendizagem eram facetas de uma política pública que alcançava uma grande maioria. Percebemos que não é essa a realidade.

Com o início da pandemia e a suspensão das aulas nas escolas públicas e particulares do Brasil, tivemos a real dimensão da falta de equidade no acesso ao conhecimento. As aulas presenciais foram substituídas por atividades em plataformas virtuais de ensino. Tivemos acesso a um passeio pelas diversas formas de desigualdades sociais. Enquanto as crianças oriundas das classes média e alta tinham acesso à videoaulas, com professores com os mais diversos tipos de equipamentos de imagem e de som e os alunos em seus computadores, cumprindo uma carga horária de aulas,

11 de dezembro de 2020

Boletim n. 27 – A questão étnico-racial em tempos de crise

mantendo a qualidade e o currículo, crianças das classes populares amargavam um vácuo no processo ensino-aprendizagem. Um número expressivo de crianças das classes populares não têm acesso aos conteúdos oferecidos pelas instituições públicas a que estão vinculadas por não terem acesso a nenhum tipo de ferramenta digital. Para essas crianças, morar nas periferias, em morros e favelas os exclui desse contato de qualidade com as plataformas digitais. Freire nos diz:

(...) Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (2001, p.46)

Outra questão importante é assimilar as informações oriundas dessas aulas virtuais. Os alunos oriundos da classe média e alta podem contar, em sua maioria, com seus pais para ajudarem a lidar com a substituição das aulas presenciais pelas aulas em plataformas digitais. Ficou evidente que nem toda família tem suficiente alfabetização digital e condições financeiras para auxiliar e possibilitar aos seus filhos o acesso e o uso de ferramentas digitais. Há uma desigualdade digital indicando que o lugar onde se mora afasta ainda mais alguns alunos das informações e dos conteúdos a que teriam acesso se estivessem no espaço da escola. A pandemia é uma questão mundial, mas a forma como alguns países lidaram com a educação merece ser observada.

O fechamento das escolas expôs mais as crianças moradoras de morros e favelas à violência e ao trabalho infantil. Crianças foram vítimas de balas perdidas mesmo dentro do espaço de suas casas. A alimentação escolar, muito prejudicada pela pandemia, também demonstrou essa desigualdade. A refeição realizada nos espaços escolares, em muitos casos, é a principal refeição desse aluno, quando não a única.

A mídia veicula a informação de um novo normal e as pessoas esperam essa nova forma de viver, mas a sociologia das ausências (SANTOS, 2020) nos mostra que esse normal não é para todos. Os invisíveis nesta sociedade antes da pandemia continuam invisíveis. O número de invisíveis aumentou assustadoramente. Milhares de pessoas perderam seus empregos e tiveram que reestruturar suas vidas e a de suas famílias. A consciência de comunhão planetária, e, de certo modo, democrática, é algo que podemos perceber como positivo (SANTOS, p. 07).

Estamos vivendo uma das maiores crises que afetaram a educação. A falta de equidade revelou o quanto as políticas públicas do país são frágeis e causaram uma catástrofe na educação de nossas crianças e adolescentes. Para construirmos um futuro com maiores condições de acesso para todos, precisamos de mais financiamento para a

11 de dezembro de 2020

Boletim n. 27 – A questão étnico-racial em tempos de crise

implementação de políticas sociais, uso inteligente de tecnologias e acesso educacional para todos, protegendo os que são mais vulneráveis. Se tivermos uma visão mais ampla, poderemos aprender com toda essa crise e darmos um salto em políticas públicas que diminuam essa realidade desigual entre as classes no país. Os vulneráveis e os que não têm acesso ao ensino remoto têm cor e endereço certo. Precisamos implementar políticas públicas que diminuam essa desigualdade social e que garantam um acesso com qualidade aos direitos básicos para esse grupo de invisíveis.

Ana Lúcia da Silva Raia é Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professor II do Município do Rio de Janeiro, membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas (GPMC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Bibliografia

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. p.27-41.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Editora: Almedina S. A. Coimbra: Portugal, 2020.

Este texto é parte de uma série de boletins sequenciais sobre a questão étnico-racial em tempos de crise que será publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

